

O papel é mais forte que o trator

No Riacho Fundo, invasores conseguem impedir derrubada de barracos com ações na Justiça. Governo promete reagir

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

Todo o aparato não adiantou. Os caminhões, a pá-mecânica e os quase 50 funcionários e policiais militares mal chegaram e tiveram de recuar e ir embora. A derrubada dos barracos construídos em lotes invadidos no Bairro da Telebrasília, no Riacho Fundo I, teve de ser suspensa. Os invasores venceram a operação desmonte preparada pelo Sistema Integrado de Vigilância do Solo (Sivsolo) com liminares conseguidas na Justiça.

A operação previa a derrubada de 21 barracos de madeirites espalhados pelos conjuntos da QN 1, o chamado Bairro da Telebrasília. Os fiscais da Administração Regional do Riacho Fundo sabiam que alguns invasores tinham liminares. Só não sabiam que eram tantas. Pelo menos 31 famílias estão com o documento que impede a destruição dos barracos. A maioria entrou com ação coletiva na Justiça e alegou estar morando há mais de um ano na área.

O que não é verdade, segundo uma invasora que diz estar há dois anos no bairro. Ela pede para não ser identificada. Tem medo de ameaças. "Esses barracos surgiram todos na virada de governo. O Cristovam (ex-governador Cristovam Buarque) não deixava um barraco de pé", conta a dona-de-casa, que nasceu na Bahia.

Em janeiro, quando os barracos começaram a ser construídos nos lotes vazios, o **Correio**

esteve no local. A madeirite ainda era nova e algumas famílias de invasores admitiam ter chegado recentemente no bairro de casas boas, que tem ruas asfaltadas, energia elétrica e rede de esgoto. A situação é bem diferente hoje. Os invasores estão fazendo melhorias. Os barracos de madeirite são mais difíceis de serem identificados. Estão escondidos atrás de muros altos, de alvenaria.

RESTO DAVIDA

Foi exatamente o que fez seu José Vieira Batista, um cearense de Boa Viagem, que reclama de dores na coluna. No lote 15 do Conjunto 23 do bairro, ele construiu um barraco de madeirite. Três cômodos, cobertos por

telhas de amianto e chão concretado. Quem passa pela rua não imagina que atrás do muro rebocado há um barraco. "Moro aqui há dois anos. O Cristovam derrubava e eu construí de novo", conta ele.

A situação só mudou em dezembro, quando o barraco foi erguido pela última vez. "Graças a Deus não houve mais derrubada. Tenho fé que agora vou conseguir morar aqui pelo resto da minha vida", espera o senhor de 60 anos, pai de quatro filhos. Ele e outros 30 invasores têm seus barracos protegidos por liminar expedida no último dia 7 pelo juiz Carlos Rodrigues, da 15ª Vara Cível de Brasília.

"Essas liminares estão sendo expedidas muito rapidamente. Teve uma senhora lá que recebeu a notificação num dia e no outro, à noite, já estava com a liminar", reclama o major Esmeraldo Oliveira,

chefe de Operações do SivSolo. Na última terça-feira, ele foi surpreendido pelas liminares e teve de cancelar a operação de derrubada no Bairro da Telebrasília.

A situação no local é complica-

da e tensa. O administrador do Riacho Fundo, Milton Barbosa Rodrigues, explica que os lotes vazios do bairro foram entregues a cooperativas. "Só que não ocuparam os lotes", diz ele. E os invasores que viam tentando se fixar no local não perderam tempo. Na virada do governo aposaram-se dos terrenos vazios. Invasão que conta com a simpatia de vizinhos, com casas em lotes regularizados.

"Votamos num governo que promove assentamento. Eu defendo essas pessoas porque a necessidade delas é visível. Não invadiram nada. Isso aí é apenas uma ocupação", defende um senhor de olhos claros, que mora no Conjunto 24, mas que não quis dizer o nome. Mas entre os próprios invasores surgem denúncias de especulação. "Um morador que já tem lote e casa de dois andares trouxe a mãe do Maranhão para morar no lote vazio em frente. Outro vendeu o lote por R\$ 4 mil e um carro", conta uma invasora, que pede para não ser identificada.

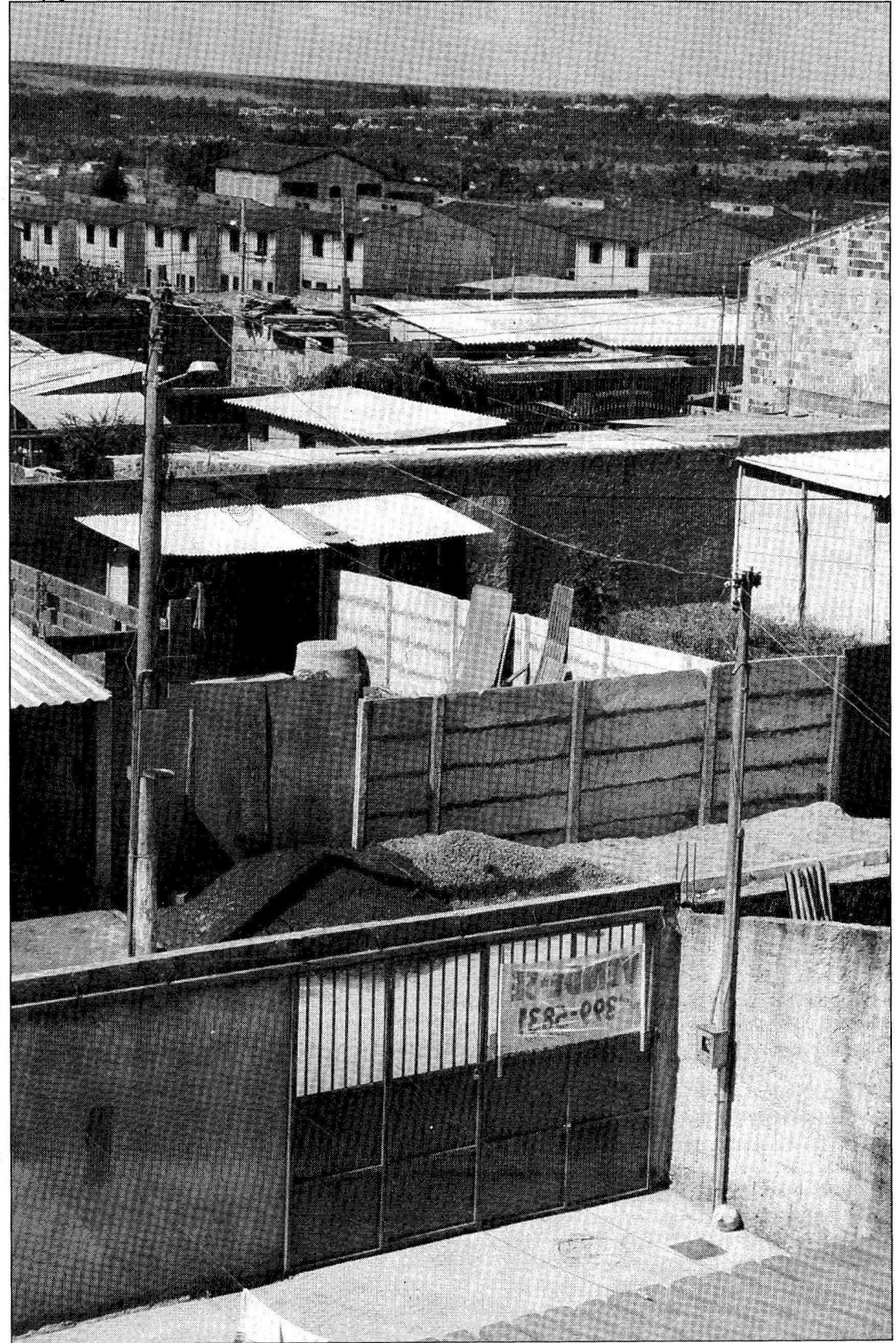
Outra invasora, que diz ser uma das mais antigas no local, afirma que a maioria das famílias mente quando diz estar há mais de um ano no Bairro da Telebrasília. "Os documentos que usam para comprovar tempo aqui são todos falsos", afirma Luzia Neide Leite Santos, 40 anos, mãe de quatro filhos. "O Cristovam entregou todos esses lotes vazios. Como é que podem dizer que estão aqui há dois ou três anos?"

TAGUAPARK

As liminares deferidas pela Justiça também impedem a retirada de invasões em outras partes do Distrito Federal. Outro exemplo é a área reservada ao TaguaPark, um terreno público de 1,3 milhão de metros quadrados, em Taguatinga, onde está prevista a construção de um complexo de lazer e gastronômico. A grilagem no local desafia o governo. Por força das liminares, os fiscais são impedidos de derrubar as casas de alvenaria construídas rapidamente por toda a área.

Como as liminares não foram cassadas, os grileiros e especuladores sentem-se fortalecidos. Vencendo a guerra. Até agora, o Governo do Distrito Federal quase nada tem feito para impedir o avanço da grilagem. Inércia criticada pelos promotores de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público do DF e Territórios. Eles entendem que as invasões poderiam ser contidas

Fotos: Jorge Cardoso



O bairro da Telebrasília, no Riacho Fundo, era reservado para cooperativas que não ocuparam a área

pelas administrações regionais, com recursos à Justiça. Alegam que as liminares não dão direito aos invasores de continuarem as construções.

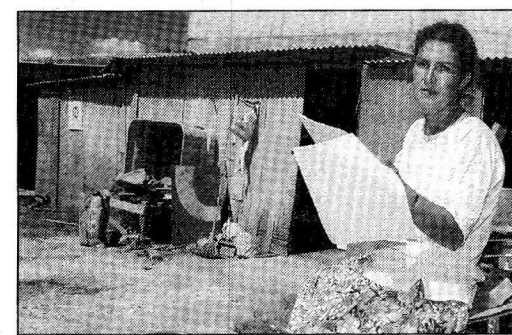
Mas o contra-ataque do governo pode estar próximo. A 5ª Subprocuradoria-geral do Distrito Federal promete ofensiva para o mês que vem, logo depois do recesso do Judiciário. O procurador Marcelo Augusto Castello Branco, chefe em exercício da Subprocuradoria, adianta que haverá uma ação mais eficaz, em agosto, contra as ações

possessórias que grileiros e invasores deram entrada na Justiça.

O primeiro passo será uma conversa com os juizes para que freiem a concessão de liminares a invasores de terra pública. "O Artigo 928 do Código de Processo Civil diz que, quando o assunto é terra pública, não se pode deferir liminar sem audiência prévia com o Poder Público. Isso não vem acontecendo", diz o procurador. Se o entendimento não funcionar, há ainda os recursos legais de apelação.

"A terra pública não dá direito

de posse a ninguém. Pode haver mera detenção, mas jamais a pessoa vai ter direito à propriedade. A retirada pode ser feita a qualquer momento", explica. Ele diz também que o governo pretende cassar as liminares com base na Lei 2.105/98 — o novo Código de Edificações do Distrito Federal. "Mesmo em área particular, o proprietário não pode bater um prego sem autorização do governo." Ou seja, ainda que se questione a propriedade da terra, barracos e casas precisam de alvará de construção.



Luzia Leite mostra a liminar que conseguiu